



OBESIDADE INFANTIL COMO DOENÇA CRÔNICA: DETERMINANTES SOCIAIS E ESTRATÉGIAS INTERSETORIAIS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL

JOÃO GABRIEL SIQUEIRA MENDES; MARIA EDUARDA MORAES BARBOSA

Introdução: A obesidade infantil é uma doença crônica multifatorial, com repercussões metabólicas, psicossociais e econômicas. No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, estimava-se que mais de 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos eram obesas e 6,4 milhões apresentavam excesso de peso em 2019. A condição afeta principalmente populações vulneráveis, associando-se à insegurança alimentar, baixa escolaridade familiar, ambientes obesogênicos e acesso limitado a alimentos saudáveis. O enfrentamento da obesidade infantil requer uma abordagem ampliada, que ultrapasse o modelo biomédico e considere seus determinantes sociais. **Objetivo:** Analisar os principais determinantes sociais da obesidade infantil e as estratégias intersetoriais de enfrentamento no Brasil. **Metodologia:** Revisão bibliográfica de documentos publicados entre 2010 e 2025, que abordam a obesidade infantil, seus determinantes sociais e as principais estratégias de prevenção no Brasil. **Resultados:** A obesidade infantil está associada à desigualdade social, práticas alimentares inadequadas e sedentarismo, agravada por ambientes urbanos que dificultam a atividade física e o acesso a alimentos in natura. A atenção primária ainda adota abordagem clínica centrada no indivíduo, com pouca integração com outros setores. Como resposta, o Ministério da Saúde lançou, em 2021, a Estratégia Nacional de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil - PROTEJA, visando fortalecer ações intersetoriais, com ênfase na alimentação adequada, criação de ambientes promotores de saúde e apoio à qualificação profissional. Entre 2014-2018, a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade estruturou políticas como o Programa Saúde na Escola, a regulação da publicidade de alimentos ultraprocessados e a atualização dos Guias Alimentares para a População Brasileira. Entretanto, estudos mostram que a implementação é desigual, e a articulação entre saúde, educação e assistência social segue frágil em muitos municípios. **Conclusão:** O enfrentamento da obesidade infantil no Brasil exige o reconhecimento de seus determinantes sociais e o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, com foco na equidade do acesso à saúde e à alimentação saudável. É necessário superar o modelo fragmentado e avançar para práticas integradas, com escuta ativa das famílias, cuidado em rede e promoção de ambientes mais saudáveis. Estratégias como o PROTEJA representam avanços, mas exigem maior investimento, articulação e participação social para consolidar ações nos territórios.

Palavras-chave: **OBESIDADE INFANTIL; DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE; POLÍTICA DE SAÚDE**